

# **Relatório de Debates (GESIntel 2020): Grupo de Estudos em Serviços de Inteligência, Legitimação Democrática e Desenvolvimento Econômico e Social**

Grupo de Estudos integrante do Programa Universitário de apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça ([Prunart-UFMG](#))

## **1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Os Serviços de Inteligência são, em linhas gerais, aqueles responsáveis pela produção de conhecimento estratégico de alto nível de especialização e útil à tomada de decisão pelas maiores autoridades das organizações que possuem esse tipo de serviço. O caráter estratégico desses conhecimentos decorre, dentre outros fatores, do acesso privilegiado que terá o decisor sobre tal conhecimento, justificando o sigilo como essencial, nesses casos em específico, ao planejamento governamental. Entretanto, tais prerrogativas acabam por tensionar as premissas democráticas, em especial quando a proposta de projeto social constitucional brasileiro prevê um modelo democrático mais profundo do que a mera democracia liberal. Assim, o Grupo de Estudos em Serviços de Inteligência, Legitimação Democrática e Desenvolvimento Econômico e Social propõe-se a estudar os Serviços de Inteligência e sua relação com a Democracia e o Desenvolvimento Econômico e Social, buscando tomar por base paradigmas interdisciplinares e comparados de estudo.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Legitimidade; Desenvolvimento

## **2 OBJETIVO GERAL DO GRUPO**

Refletir criticamente a legitimidade democrática dos Serviços de Inteligência (SI) e suas relações com desenvolvimento econômico e social. A suposta imprescindibilidade dos SI tensiona as relações desses serviços com a democracia, havendo nuances em relação aos usos e controles do serviço que ensejam urgente discussão. O objetivo do grupo, assim, é desenvolver uma visão crítica a respeito da Atividade de Inteligência.

## **3 INFORMAÇÕES GERAIS**

No último módulo (2020/1), conforme deliberações com participantes do grupo, as reuniões aconteceram via videoconferência, nas datas referenciadas no cronograma. O escopo específico delimitado dentro da temática foi: “Serviços de Inteligência e América Latina: constitucionalismos e relações exteriores”.

Foram distribuídos textos para os pesquisadores, sobre os quais foram realizados fichamentos e entregues a cada semana até o momento do encontro para certificação de presença.

#### **4 REFERÊNCIAS, ENCONTROS VIRTUAIS E RELATÓRIOS DE DEBATES:**

##### **5 (1) 04/06/2020 –**

Relatório de Debates

ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28086>. Acesso em: 6 maio 2020.

##### **6 (2) 18/06/2020 –**

Relatório de Debates

GILL, Peter. Alguns aspectos da reforma da inteligência na América Latina. *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 101–120, jun. 2012. DOI 10.1590/S0104-87752012000100006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-87752012000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-87752012000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 maio 2020.

##### **7 (3) 25/06/2020 –**

Relatório de Debates

BONILLA-MALDONADO, Daniel. El constitucionalismo radical ambiental y la diversidad cultural en américa latina. Los derechos de la naturaleza y el buen vivir en Ecuador y Bolivia. *Revista Derecho del Estado*, n. 42, p. 3–23, abr. 2019. DOI 10.18601/01229893.n42.01. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0122-98932019000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0122-98932019000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

##### **8 (4) 02/07/2020 –**

Relatório de Debates

QUIROZ VILLALOBOS, Milton Ebert. Participación popular y presidencialismos fuertes en el Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano. *Revista Derecho del Estado*, n. 44, p. 99–131, dez. 2019. DOI 10.18601/01229893.n44.05. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0122-98932019000300099&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0122-98932019000300099&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

##### **9 (5) 09/07/2020 –**

Relatório de Debates

UGATE, José Manuel. El ámbito normativo de la inteligencia interior en América Latina. *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 121–162, jun. 2012. DOI 10.1590/S0104-87752012000100007. Disponível

em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-87752012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-87752012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

**10 (6) 16/07/2020 –**

Relatório de Debates

ORDÓÑEZ, María Dolores. La inteligencia militar ecuatoriana en la sociedad del riesgo. *URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, n. 21, p. 56–69, dez. 2017. DOI 10.17141/urvio.21.2017.2964. Disponível

em: [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1390-42992017000100056&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1390-42992017000100056&lng=es&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

**11 (7) 23/07/2020 –**

Relatório de Debates

SANSÓ-RUBERT, Daniel. Inteligencia militar y criminalidad organizada. Retos a debatir en América Latina. *URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, n. 21, p. 22–38, dez. 2017. DOI 10.17141/urvio.21.2017.2952. Disponível

em: [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1390-42992017000100022&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1390-42992017000100022&lng=es&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

**12 (8) 18/08/2020 –**

Relatório de Debates

PAPASTAMATIN, Yepe; M, Roberto. América Latina y el Caribe en el informe de tendencias globales del Consejo Nacional de Inteligencia de los Estados Unidos. *Universidad de La Habana*, n. 278, p. 154–166, dez. 2014. Disponível

em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0253-92762014000200010&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0253-92762014000200010&lng=es&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

**13 (9) 01/09/2020 –**

Relatório de Debates

AMARAL, Arthur Bernardes do. A Guerra ao Terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.13091>. Acesso em: 25 ago. 2020.

**14 Relatório de Debates**

Coordenação-discente: Rafael Muller

**14.1 Data: 04/06/2020**

## **15 Referência(s)**

ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28086>. Acesso em: 6 maio 2020.

## **16 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

Tensão entre SI e Democracia: *“Uma das tarefas políticas mais difíceis, mesmo em sólidas democracias, é controlar os serviços de inteligência. Há uma inerente tensão entre democracia (liberdade) e tais serviços (segurança).” (pag. 1/177)*

Hibridismo Institucional: Ao analisar a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), é perceptível que a Instituição é um exemplo de hibridismo institucional, uma vez que apresenta características de mudança democrática, além da conservação autoritária.

Collor e tentativa de vinculação civil: *“Em março de 1990, o Presidente da República Fernando Collor de Mello extinguiu o SNI. Em seu lugar, criou, via Medida Provisória, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e subordinou à mesma o Departamento de Inteligência (DI). Collor, frise-se, colocou civis à frente tanto da SAE como do DI.” (pag. 3/179)*

Controle dos SI no Brasil: Em seu artigo 6 estava previsto um controle legislativo do órgão por meio de uma comissão parlamentar, embora com falhas, uma vez que não alocava fixamente parlamentares para a composição de uma comissão e selecionava de acordo com a posição que ocupava no momento, tirando a possibilidade de aprofundamento, uma vez que os parlamentares já se encontram exauridos por outras funções a que eram designados por sua posição.

Atribuições da ABIN: *“O Congresso deu um cheque em branco ao governo com a lei que criou a ABIN”, arrematou Genoíno (POLICARPO JÚNIOR, 2000). Nos países democráticos, ao contrário, procura-se deixar estabelecido quais são os mandatos e as missões dos serviços de inteligência. Além disso, há uma ausência de definição sobre os limites de atuação e capacidade de operação da ABIN.” (p. 181)*

Principais produtores de informação da Abin: Receita Federal; Polícia Federal; Correios; Anatel; Previdência Social;

Incra; Detran; Banco Central; Coaf; Serviços de inteligência das polícias civis e militares estaduais e do Distrito Federal.

O avanço da militarização no governo Lula: O Presidente Lula manteve o arranjo institucional do governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, houve apenas uma mudança de nomes: saiu o General Alberto Cardoso e entrou o General Jorge Armando Félix no cargo de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Nomeação dos cargos da Abin: A portaria 428 de 10 de novembro de 2005 instituiu o Carcará como símbolo da organização, gerando desconforto nos servidores da ABIN. Posições militares foram adotadas para a terminologia dos cargos da instituição.

[Não foi debatido, mas hoje as terminologias já foram novamente alteradas para “Oficiais” e “Agentes” de Inteligência, aproximando-se parcialmente do modelo criminal]

Forças Armadas não controladas e irreversibilidade da Trajetória militarizante da Abin: *“O poder militar no Brasil não está controlado. A ameaça velada de uso da força por parte dos militares foi capaz de contribuir para garantir seu domínio sobre uma agência de inteligência civil, a ABIN.”* | *“Em termos de distribuição de poder, torna-se, conseqüentemente, cada vez mais difícil reverter sua trajetória institucional, pois os interesses autoritários cristalizam-se e, com isso, o grau de militarização da ABIN aprofunda-se.”*

Conclusão: *“É o que Nordlinger (1997) define como “pretorianismo moderado”:* os militares moldam parte do governo sem diretamente o controlar. A militarização da ABIN não é per se vista como uma ameaça aos interesse dos políticos.”

## **17 Debates para além-texto**

- Questionamento: qual o porquê da manutenção do militarismo de maneira deliberada pelos governantes (em se sabendo do poder que congrega a Inteligência)?

Foram levantados, pelo grupo, cinco pontos principais que sugerem, em conjunto, explicar a situação:

### **1. Transição Negociada para a Democracia**

Citado pelo próprio artigo e amplamente conhecido, o processo de transição para a democracia no Brasil foi negociada, havendo ampla participação das forças conservadoras ao lado de forças liberais e mesmo progressistas. Organizados na forma de partidos e participando do jogo político, conservadores foram (e são) constantes nos diversos governos, assumindo posições diversas no jogo político de concessões.

Tais concessões, portanto, servem de estratégia (de eficácia duvidosa) de manter determinados setores sob controle.

### **2. Ampla desinformação popular em relação ao tema**

O tema, desconhecido e até negado pelas forças populares, não recebeu merecida atenção por tais setores, deixando-se de exercer o controle social necessário no processo de reforma dos SI e, assim, permitindo a manutenção de conservadores nos seus quadros.

### 3. Poder centralizador e monopólio da força armada

Remonta à origem da própria noção de Estado e seu motivo de ser o debate em torno do monopólio da força armada. A força normativa (o Direito) surge, portanto, como concessão da força armada para legitimar a dominação, mas não altera que, em última instância, o poder continua centrado no poder armado. A Inteligência, enquanto “zona cinzenta” entre o poder normatizado e poder armado, revela intrinsecamente seu caráter de monopólio da força, impossibilitando que esteja sob real controle do Estado em qualquer condição.

Além disso, os SI, fazendo parte do núcleo coercitivo do Estado, congregam grande poder de direcionamento político das decisões, ainda que teoricamente se assuma que não o fazem. Talvez não coincidentemente, os dois líderes que tentaram submeter a Inteligência foram retirados do poder (Collor, extinguindo o SI; Dilma, subordinando-o diretamente à Presidência, retirando o GSI do circuito).

Em outros contextos menos adversos à Inteligência (sem risco de uma profunda reforma ou extinção), apenas controlavam os decisores através da retenção de conhecimentos.

### 4. Legitimação ética da cultura militar/de Inteligência

Enquanto “zona cinzenta”, os SI orientam-se por uma ética de origem militar: a Teoria da Guerra Justa (ou, no caso, uma Teoria da Inteligência Justa), conforme disposto, inclusive, na Doutrina Nacional de Atividade de Inteligência (ABIN, 2016). Segundo essa perspectiva, o ambiente de guerra (e o ambiente de Inteligência) não seriam regidos pela mesma ética dos espaços comuns e civis, senão por uma ética própria, uma vez que opções escusas poderiam ser aceitas e flexibilizadas em decorrência do contexto em que se inseririam.

Assim, uma vez tendo atingido até mesmo a perspectiva ética das decisões, ficaria evidente uma dominação ideológica ampla servindo de base para a cultura de Inteligência, tornando todos os esforços de reforma um tanto mais complexos.

### 5. Discurso da Eficiência

Na esteira de legitimação e nos contextos ideológicos mais recentes, a cultura de Inteligência também vem sendo interpelada pelos discursos economicistas, em especial o discurso da eficiência. Os efeitos disso ocorrem em duas especiais frentes: a) do ponto de vista ético, a utilização de meios escusos e de uma “ética da Inteligência Justa” garantem resultados mais imediatos do que qualquer outra proposta, legitimando o modelo centralizado e militarizado (ignorando-se, para tanto, os riscos democráticos); b) do ponto de vista do debate

político, apenas especialistas no tema ganham espaço de fala e direcionamento político, uma vez que não é tema amplamente debatido no corpo social; e, historicamente, os especialistas são oriundos de uma doutrina militar (já que a história dos SI remontam à Inteligência Militar), ainda que não necessariamente militares do ponto de vista militar.

- Questionamento: como fazer o controle?

Inicialmente, a título de contextualização, resgatou-se, a partir do texto, que a ABIN é evidência clara de que o poder militar não está controlado.

Seguiram-se duas abordagens:

1. Comparada, lembrando-se os modelos de países como:

a) Canadá, em que há uma agência independente especializada para realizar o controle;

b) Rússia, em que o SI está dividido em três agências, que dependem entre si mutuamente para a realização de suas funções, permitindo serem controladas pelo decisor maior (mas não um controle social), modelo que inspirou proposta reformadora no Brasil durante os debates que culminaram na criação da ABIN;

c) Congo, em que as agências são várias, pulverizadas por grupos sociais, e que se reúnem periodicamente em fóruns para traçar diretrizes de atuação;

d) Cabo Verde, com poderes limitadíssimos e apenas em seu nascedouro, controlada também pela transparência orçamentária em virtude das doações internacionais que o país recebe;

e) Argentina, controlada civilmente pelo orçamento.

2. Social, em que se destacou a importância do debate social sobre o tema para o uso da opinião pública como método de controle. Nesse sentido, o próprio GE de Serviços de Inteligência, Legitimação Democrática e Desenvolvimento Econômico e Social é uma ação.

—

## **18 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**18.1 Data: 18/06/2020**

## **19 Referência(s)**

GILL, Peter. Alguns aspectos da reforma da inteligência na América Latina. *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 101–120, jun. 2012. DOI 10.1590/S0104-87752012000100006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-87752012000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-87752012000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 maio 2020.

## **20 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A) Processo de Democratização na América Latina: faz parte da terceira onda de democratização e, no caso dos SI, tem principais características contextuais:

1. capitalismo deve ser o modo dominante de produção;
2. grupos ativos da sociedade civil e politizados são obrigatórios;
3. conflitos de classe e outros conflitos sociais devem ser resolvidos através da incorporação ao sistema político;
4. um estado relativamente autônomo e não sob a dominação da elite;

B) Indústria de Inteligência e Neoliberalismo: Nesse contexto de transição, como função intrinsecamente ligada aos Estados, a Inteligência na América Latina “democrática”, a partir de um ideal neoliberal, vem sendo influenciada por privatizações e por atores não-governamentais.

Houve um crescimento geral e rápido da ‘inteligência’ no setor privado, concomitante ao desenvolvimento de ‘indústrias do conhecimento’ que se seguiu à revolução da informação e das comunicações ocorrida no último quarto de século.

“No entanto, esse crescimento representa um grande desafio às ideias de controle e fiscalização da inteligência em uma democracia. Agentes de segurança de corporações são organizações de maximização do lucro e, como tal, são dedicadas aos interesses particulares de clientes e acionistas que estão acima de qualquer noção mais ampla de ‘interesse público’.”

C) Legado de Autoridade e Supercentralização dos SI: “A centralidade das agências de segurança e inteligência nos regimes autoritários é clara: ‘Em países como Chile, Peru, Guatemala e Brasil (pelo menos até 1989), presidentes eleitos ou nomeados têm sido fortemente influenciados por seus conselheiros de inteligência’. De certa maneira, o papel da inteligência em regimes autoritários na América Latina foi equivalente ao dos ‘estados de contra-inteligência’ no Bloco de Varsóvia”. (pag. 4/104)

Além disso, união dos setores de Inteligência: Inteligência interna; Inteligência externa; Contra-inteligência.

D) Principais problemas: A falta de qualquer base jurídica clara para o mandato; A distribuição do orçamento; A falta de profissionalismo (incluindo a pobre capacidade analítica); O recrutamento por razões ideológicas e não por mérito; A falta de gestão; A permanência de tecnologias desatualizadas

E) Escala de Controle Civil-Militar dos SI: 1. controle militar; 2. tutela militar; 3. subordinação condicional militar e 4. controle civil.

F) Características do Securitismo (uma vez que conceituação única é imprecisa):

1. “O consenso ideológico no que diz respeito à segurança nacional e aos meios de luta contra o terrorismo reflete uma identidade entre as autocentradas e lucrativas corporações de segurança e seu apoio em relação às demais políticas do estado de segurança nacional.”

2. “Há uma quase total interdependência mútua entre corporações de segurança e os estados modernos: o estado conta com o setor corporativo para os serviços de infraestrutura, consultoria, software e hardware. Em troca, as corporações são dependentes do estado em relação aos contratos e ao quadro legal dentro do qual trabalham.”

3. “Há um setor de segurança e inteligência não estatal, não corporativo, envolvendo muitos e variados grupos de cidadãos. Agora, alguns desses podem agir como ‘interesses organizados’ que estão incorporados de alguma forma na governança de segurança, mas seu significado potencial vai muito além das estruturas normais do corporativismo,(...)”.

## **21 Debates para além-texto**

- Questionamento: como se apresenta o conceito de Securitismo?

O conceito de securitismo se apresenta, em linhas gerais, enquanto uma resposta Estatal a inimigos. Significa dizer: o Estado adota uma série de ações que visam o combate a determinados inimigos identificados. Isso se garante com dois principais movimentos:

1. Identificação do inimigo (“Agente Adverso” na nomenclatura tradicional dos SI): este inimigo pode ser real ou imaginário, concreto ou abstrato, interno ou externo, político ou não, mas deve ser sempre identificado de alguma forma para legitimar a ação coercitiva contra ele.

2. Resposta coercitiva contra o inimigo: o emprego dos SI pressupõe uma resposta coercitiva. A resposta coercitiva é caracterizada pelo fim primeiro de eliminação do inimigo, opondo-se a lógicas diferentes de convivência e integração do inimigo para que deixe de representar o risco que pressupostamente fora a ele vinculado.

A título de exemplo, levantaram-se duas principais questões: a) os grandes fluxos migratórios internacionais; b) a violência urbana.

Para o primeiro caso, uma abordagem securitista com os SI envolveria o levantamento de informações a respeito desses fluxos e estruturação de estratégia para impedi-los ou deportá-los. Uma abordagem “humana”, que é o termo usualmente adotado em contraposição ao “securitismo”, envolveria medidas de adaptação e reorganização internas para receber e direcionar tais pessoas, interna ou externamente, sabendo-se, por exemplo, que o Brasil possui perfil de passagem para migrantes latinoamericanos (que, por causa da língua e características culturais, muitas vezes usam-se do país apenas como passagem e acesso a outras nações latinoamericanas).

Para o segundo caso, a abordagem securitista envolve o uso da Inteligência Policial para identificação das pessoas envolvidas no crime urbano e posterior litigância para prisões e outras diligências cabíveis. A abordagem humana, doutro lado, estaria pautada muito mais em medidas macroeconômicas e socioassistenciais, de modo a reduzir estruturalmente as condições que favorecem o cometimento de crimes.

Em ambos os casos, o uso dos SI só se justifica/legitima para a abordagem securitista, uma vez que opções “humanas” podem ser adotadas com transparência e compartilhamento do poder, sendo até mais eficientes quando assim é feito.

A prevalência das opções securitistas e o fortalecimento dos SI são sinais do legado totalitário que se mantém. Um fenômeno recente que revela esse legado e que vai contra as possibilidades e anseios de controle civil e reforma dos SI é o chamado “Capitalismo de Vigilância”, em que se as informações dos cidadãos tornam-se moeda de troca no mercado dos SI.

O mercado dos SI é caracterizado por aquelas grandes empresas que detêm o poder tecnológico para a provisão de instrumentos para os SI atuarem. Baseiam-se, portanto, na manutenção da lógica securitista. Em contrapartida, para maximização e manutenção de seus lucros, obtêm o monopólio ou oligopólio do setor, não havendo intervenções estatais (seja via CADE ou outro organismo com atribuições para esse combate) contra tais empresas, já que o próprio Estado (através dos SI e sua lógica securitista) está em relação de dependência com elas.

A mesma relação de dependência ocorre, conforme explicitado no texto, com as empresas de segurança privada, que são provedoras de informação para os SI, ainda que muitas delas ilegais e vinculadas a grupos paramilitares, milícias, etc.

• Questionamento: pensando comparativamente realidades latino-americana e europeia, como contexto internacional/regional influencia opção ou não pelo Securitismo? O que faz Europa ter, aparentemente, os SI mais controlados?

O grupo levantou três principais hipóteses para a questão:

1. Regime de Dependência por informações: as legislações de proteção de dados e informações e possibilidades de acesso variam de país para país; o alto grau de codependência entre os países na troca de informações e assuntos transnacionais acaba fazendo com que SI estejam, indiretamente, submetidos a uma imensa variedade de normativos reguladores e instituições de controle. A diversidade dessas estruturas favorece o controle.

2. Formação e equivalência de poderio dos Estados soberanos no bloco econômico: ainda que seja latente as diferenças regionais internas ao bloco econômico, a diferença tende a

ser menos importante do que no Mercosul e entre países da região latino-americana. Isso impede a centralização do poder em um Estado soberano que acabará por influenciar o modelo de Inteligência e controle a ser adotado por outros países e estejam, alguma forma, subordinados ao maior poderio, de modo a centralizar as informações. Não à toa, países em tal posição em seus contextos regionais tendem a adotar mais frequentemente a cartilha da “Moderna Gestão de Inteligência”, que é um modelo centralizador e que tende a fortalecer e fazer passar vários processos Estatais pelo crivo dos SI, a exemplo do Brasil na América do Sul, Estados Unidos na América do Norte e Nigéria e África do Sul nas suas respectivas regiões da África.

3. Fenômeno do Presidencialismo Forte no contexto latino-americano: a centralização dos SI se faz em íntima relação com a centralização do poder político nos Presidencialismos Fortes (como em artigo a ser estudado pelo grupo) do contexto latino-americano. Diferentemente, o contexto europeu possui maior diversidade de regimes políticos (parlamentarismo, monarquias) e diferenças nas distribuições de forças entre os poderes, sopesando o poderio dos SI. Além disso, competem com estruturas de Inteligência supraestatais, como o caso da do SI da Europol, no âmbito da Inteligência Policial, e da Inteligência da ONU, com funções específicas vinculadas à atuação do organismo. Não foi lembrado nenhuma Inteligência de Estado vinculada diretamente ao bloco da União Europeia.

---

## **22 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**22.1 Data: 25/06/2020**

## **23 Referência(s)**

BONILLA-MALDONADO, Daniel. El constitucionalismo radical ambiental y la diversidad cultural en américa latina. Los derechos de la naturaleza y el buen vivir en Ecuador y Bolivia. Revista Derecho del Estado, n. 42, p. 3–23, abr. 2019. DOI 10.18601/01229893.n42.01. Disponível

em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0122-98932019000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0122-98932019000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

## **24 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A) Princípio do Bem-viver: O Bem Viver trata dos saberes indígenas, povos historicamente marginalizados. Esse conceito traz a noção de que todos somos peças de um mesmo organismo, e que não existimos enquanto indivíduo, mas só existimos a partir de relações. Visa uma lógica diferente do neoliberalismo, pensando uma economia sustentável e

interligada. Dessa maneira, a identidade latino-americana é colocada em pauta, a partir do respeito e do bom convívio entre as diferenças.

O “buen vivir” põe em questão quatro componentes da gramática constitucionalista moderna:

A.1) Concepção de sujeito: não se compreende o ser humano como um indivíduo abstrato, autônomo e racional. O sujeito que pressupõe o “buen viver” é fruto de sua relação com a natureza e com outros indivíduos. Além disso, um ser-humano não é apenas racionalidade e autonomia, é também sentimento e deveres racionais.

A.2) Relação dual entre natureza e homem: O “buen vivir” não interpreta a relação entre homem e natureza como binária e oposta. A natureza não está à disposição homem indiscriminadamente para a satisfação de suas vontades. O ser-humano é, na verdade, parte integrante da natureza.

A.3) O “buen vivir” e a concepção de desenvolvimento capitalista: Ao contrário da ideologia capitalista de desenvolvimento, que pressupõe a acumulação de riquezas e bens materiais como uma linearidade natural para a evolução da qualidade de vida. Viver bem não é somente viver melhor. Ao contrário dessa visão capitalista, o “buen vivir” não enxerga a natureza como um mero meio ou recurso para o enriquecimento e melhoria na qualidade material de vida.

A.4) O “buen vivir” apropria-se de saberes tradicionalmente tidos como marginais (indígenas) e, por consequência, observa as relações entre desenvolvimento e capitalismo, meio ambiente e seres humanos de uma forma distinta: decolonial, anticapitalista e biocêntrica.

B) Direitos da Natureza: Sendo sujeitos de direito mas não tendo capacidade exercê-los em seu nome, qualquer cidadão e até mesmo o Estado pode agir como interessado. É uma verdadeira ruptura com o pensamento que somente seres humanos possam ser considerados sujeitos de direito. Sendo sujeita de direitos quebra-se a verticalidade histórica em relação aos humanos: agora a natureza não é objeto que poderia usufruir os homens, mas sujeito que deve ter seus limites respeitados tal como todos os humanos.

C) Plurinacionalidade e Interculturalidade: Esse sentido alternativo vai de encontro à concepção dominante de nação e cultura, que visualiza uma nação como culturalmente homogênea (de fato ou forçadamente). Mas não é somente na concepção de plurinacionalidade e interculturalidade que esses ordenamentos embatem com o constitucionalismo moderno clássico e liberal. A concepção de “pueblo” também é distinta. Apesar de ser o mesmo desde a ruptura com a metrópole espanhola, é culturalmente diverso: linguagens, histórias, ancestralidade, território etc. É, assim, um e outro ao mesmo tempo.

## 25 Debates para além-texto

A) Estudos Decoloniais: os estudos decoloniais não se pretendem a inverter a balança entre visões dos imperialistas e colonizados, tornando esta o novo paradigma hegemônico. Diversamente, combate a estrutura hierárquica que disciplina que deva existir essa relação de dominação, tornando-se inclusivos e em prol da pluralidade de visões. Por isso mesmo, está azeitado às premissas de plurinacionalidade e interculturalidade defendidas nos países que adotam esse novo paradigma de novo constitucionalismo radical latino-americano (NCLA).

B) Abordagem Comparada: três situações foram trazidas à baila para comparação entre Estados, com relação à condição de “Estados decoloniais” (que se pautam por premissas decoloniais).

B.1) Peru: apesar das condições similares em termos de pluriculturalidade, não adotou premissas do NCLA.

B.2) Bósnia: para dar conta da pluriculturalidade dentro de um modelo unitarista de Estado, adotou a rotação presidencial.

B.3) Líbano: para dar conta da pluriculturalidade dentro de um modelo unitarista de Estado, adotou a repartição de representação entre poderes por grupos culturais.

Essa abordagem comparada demonstra que a decolonialidade pode se configurar de diversas formas e em diferentes graus, mas coincide na proposta de ressignificar modelos, adequá-los a realidades locais e ser pluralista, não negando ou extirpando totalmente as visões imperialistas, mas apropriando-se delas de modo reprojeto.

C) Decolonialismo vs. Inovação Constitucional: como mencionado no próprio texto, não haveria real inovação na gramática constitucional moderna em si adotada. Apesar disso, as propostas decoloniais constitucionais colocam as visões tradicionais-positivistas-legalistas em condição insustentável, desestabilizando o seu caráter hegemônico.

C.1) As propostas tradicionais pregam pela hipervalorização da legalidade, do uso literal dos textos da gramática constitucional, diminuindo a importância das avaliações de contexto quando da aplicação da lei em busca da justiça.

C.2) As propostas constitucionais novo-paradigmáticas, de modo geral, valorizam a contextualização quando da aplicação da lei, sopesando a legalidade à razoabilidade e proporcionalidade, em uma proposta de embates e reequilíbrios principiológicos.

C.3) Ao estabelecer expressamente os marcos jurídico-políticos da plurinacionalidade e da interculturalidade, o texto impõe que os contextos culturais (que conformam as várias nações que compõem o Estado) sejam tomados em consideração durante

a aplicação da lei. Assim, reforça-se, como modelo interpretativo da gramática constitucional, a opção neoconstitucionalista, sem extirpar completamente a importância da legalidade para o sistema.

D) Decolonialismo e Serviços de Inteligência: ao problematizar a noção de “nação” e adotar uma postura inclusiva em relação às várias culturas e nações dentro do Estado, a lógica securitista do inimigo interno perde significância, fazendo com que a atuação dos SI em âmbito interno esteja minorada constitucionalmente. Não havendo inimigos internos declarados e identificados, não haveria razão para manutenção de secretismos e, portanto, do uso dos SI nesse âmbito. Os SI ainda se justificam, entretanto, no âmbito externo, em uma constante vigilância contra o poderio imperialista que visa a todo momento garantir seu controle sobre tais colônias.

D.1) Extrapolando para um futuro ideal, a plurinacionalidade expandida a outras nações de outros Estados, todo o SI perderia seu motivo de ser. Em um contexto utópico de inexistência de inimizades externas, os SI deslegitimam-se. A decolonialidade, apesar de pluralista e inclusiva, não é, entretanto, ingênua para considerar esse mundo já existente. Ao contrário, resgata a preocupação com as forças imperialistas e seu combate constantemente.

D.2) Interessante notar que os três países de referência para o NCLA (Bolívia, Equador e Venezuela) passaram por importantes crises político-institucionais nos últimos tempos. Ainda que possa se tratar de coincidência, a manutenção de SI com caráter militarizado, conservador e tradicionalistas faz com que tais mudanças paradigmáticas coloquem os SI como inimigos internos do novo modelo e, notadamente, inimigos com poderio informacional e motivação para forçar a retomada conservadora-liberal nesses países. Nos casos da Bolívia e Venezuela, degringolaram para golpes de Estado e conflitos institucionais altamente paradoxais e de difícil solução. No caso equatoriano, a chegada de um líder liberal ao poder pelas vias tradicionais pode ter sido o elemento que impediu tal finalização, mas não impediu a instabilidade interna do ponto de vista econômico e social.

D.3) Os SI reproduzem questões de ordem internacionalista e econômica por região. Da mesma forma que na América do Sul o Brasil, enquanto potência regional, adota o modelo norte-americano de Inteligência e pretende expandir suas cartilhas para os demais países, na África países como Nigéria, Angola e Moçambique adotam a mesma cartilha da “Moderna Gestão de Inteligência” e configuram-se como potências regionais. No mesmo contexto, surgem propostas decoloniais em países de menor expressão econômica: na América Latina, a Bolívia foi um exemplo em seu ordenamento jurídico-político e adotando postura marcadamente decolonial; na África, os SI da RDC contam com fóruns de debates de diretrizes

de atuação e, marcadamente, as questões de combate ao neoimperialismo dominam as suas preocupações.

E) Questões restadas em aberto:

E.1) qual a participação da figura dos “Ministérios do Interior” nas questões de Inteligência?

E.2) Guianas e Suriname: possuem SI? Se sim, quais os modelos (em especial os casos em decorrência de suas vinculações Estatais)?

—

## **26 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**26.1 Data: 02/07/2020**

### **27 Referência(s)**

QUIROZ VILLALOBOS, Milton Ebert. Participación popular y presidencialismos fuertes en el Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano. *Revista Derecho del Estado*, n. 44, p. 99–131, dez. 2019. DOI 10.18601/01229893.n44.05. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0122-98932019000300099&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0122-98932019000300099&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

### **28 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A) O texto aborda o Novo Constitucionalismo Latino-americano, que busca reverter a situação de pobreza e desigualdade; herança dos regimes militares e das imposições neoliberais. Assim, o Novo Constitucionalismo procurar estabelecer a ordem e a igualdade a partir da renovação do conceito de cidadania, atribuindo novos papéis para os cidadãos, os quais podem participar com maior frequência dos debates e interesses políticos.

B) Nos anos 90 começou-se com a percepção do fracasso econômico de tais cartilhas e de que ao contrário do que ela pregava os mercados não eram fenômenos naturais, mas, sim, frutos de um processo histórico.

C) Esse novo tipo de constitucionalismo vem na onda de uma esquerda que pretende sanar as chagas deixadas pela democracia “liberalizantes”, que se propunha a eliminar a pobreza e igualar minimamente as classes, mas que acabou por aparelhar mais ainda o Estado nas mãos de uma oligarquia.

D) O Consenso de Washington: consistiu em uma série de recomendações e medidas econômicas propostas pelo FMI para a plena recepção do neoliberalismo como nova plataforma econômica mundial entre os países de capitalismo periférico. Todas essas recomendações permeavam a lógica do saneamento dos gastos públicos, reduzindo o poder de

investimento do Estado; privatizações, sob a alegação de melhorar a eficiência das (ex)empresas públicas; liberalização dos mercados; e flexibilização de garantias trabalhistas.

E) Características comuns dos processos: Os processos se desenvolveram por via eleitoral; A partir da Constituinte, refundou-se o pacto social; Ativa participação social; Legitimidade afirmada por plebiscito.

F) Características comuns dos produtos (constituições): Conteúdo inovador (originalidade); extensão; complexidade técnica e simplicidade semântica; rigidez constitucional.

G) Personalismo:

Esse resquíio de centralidade nas mãos de um líder ficou evidente na América Latina e nas reformas constitucionais mencionadas, pois em cada país pode-se observar uma figura política que personifica essa renovação: Rafael Correa, no Equador; Evo Morales, na Bolívia; e Hugo Chávez, na Venezuela.

Esse fenômeno dificulta a efetividade da participação popular e ameniza a profundidade democrática pretendida com as reformas constitucionais realizadas.

## **29 Debates para além-texto**

A) Diferença de “tom” em relação ao texto do Bonilla-Maldonado: trata o Novo Constitucionalismo Latino Americano (NCLA) como algo essencialmente inovador, em oposição à visão do outro autor, que afirmava não haver nada de essencialmente inovador nessa perspectiva. Discute-se que essa diferença de opinião decorre da diferença de perspectiva: neste texto, o autor enfoca a participação e a aplicação política do NCLA, cujos efeitos são essencialmente diferentes do constitucionalismo tradicional, ainda que suas categorias (foco do outro texto) se aproximem.

B) Conflito entre Presidencialismo Forte e Participação – até que ponto fora necessário?

B.1) Na progressão temporal, após a falência das propostas liberais e do aprofundamento da pobreza e desigualdades, várias propostas, por vezes opostas, surgem como soluções para tais problemas. Em linhas gerais, surgem, concomitantemente, as proposituras que creem na participação e descentralização e aquelas que creem num governo centralizador forte. A convivência desses opostos dá origem a uma série de experiências, que vão desde as ditaduras, as ditaduras com transições negociadas e apoio popular, os presidencialismos fortes, os textos do NCLA, os referendos populares, etc. Todas as experiências podem ser vistas como “necessárias” uma vez que tentativas de soluções para problemas decorrentes do liberalismo.

B.2) Existe uma relação, aparentemente paradoxal, entre o fortalecimento do presidencialismo (elemento concentrador do poder) e a ampliação da participação popular (elemento descentralizador do poder): ao haver frequentes consultas, instrumentos de participação popular, o presidente confirma sua legitimidade enquanto representante máximo da nação, aumentando seu poder simbólico.

B.3) Fica, finalmente, latente que se discuta “quem é o guardião da Constituição?” Nos sistemas de pesos e contrapesos, essa função é compartilhada nos poderes. No lado funcional, existe a figura do judiciário. No lado simbólico, o presidente acaba assumindo essa função através do personalismo e de sua legitimação popular via instrumentos do NCLA. No sentido original, é o próprio povo, a exemplo dos debates em torno da constituinte colombiana dos anos 90.

### C) Extensão Textual e Golpes:

A extensão textual das constituições que seguem o modelo do NCLA parece dever-se a dois principais objetivos: a) discorrer sobre novas instituições e novos conceitos; b) evitar rupturas institucionais.

Em relação a este segundo objetivo, é discutido no âmbito da linguística a importância da redundância e dos circunlóquios para que a mensagem enviada supere potenciais ruídos e preconceitos e seja recebida pelo decodificador da maneira corretamente pretendida. Em outras palavras, ao falar sobre um mesmo tema/objeto, utilizando de palavras e estratégias diferentes, de modo por vezes redundante, ainda que se incorra no risco de leves contradições, aumenta-se a probabilidade de a mensagem ser recebida de maneira mais integral, sem distorções. A título de exemplo, dizer “a democracia é um princípio basilar constitucional” pode dar margem, através da plurissignificação das palavras, a considerar a democracia como meramente uma democracia liberal, representativa da vontade da maioria e dos interesses de livre exploração do mercado. Ao discorrer, ao longo de vários artigos, sobre outros princípios conexos (inclusão, pluralismo, integralidade) e sobre o próprio conceito de democracia, impede-se a operações de distorções no significado.

Se isso, por um lado, impediria rupturas institucionais pela clareza garantida às constituições, de outro estimula rupturas explícitas. Para um grupo opositor, que discorda das disposições constitucionais, tomar o poder e legitimar-se, será necessário concretizar um explícito golpe, “rasgar” a constituição, posto que não é possível usá-la como instrumento a seu favor. Isso torna os golpes mais explícitos. Num contexto de constituição sintética, é possível tomar o poder, reverter completamente toda a ordem política, econômica, social e jurídica, apenas desvirtuando a interpretação do texto, sem necessitar de tal ruptura explícita.

Questiona-se, então, até que ponto esse segundo modelo (desvirtuamento da interpretação de textos sintéticos) não seria também um golpe, apenas mais velado?

D) Rupturas sempre vinculadas ao executivo: em grande parte, conforme deliberado no grupo, se daria pela legitimação simbólica obtida pelos presidentes nos processos políticos de formação do personalismo, do presidencialismo forte, etc., conforme anteriormente debatido.

E) Serviços de Inteligência sempre submetidos ao poder executivo: talvez coincidentemente, sim. Sobre os SI, integram, de modo geral, a estrutura do poder executivo, fazendo com que o controle interno seja dado pelo poder executivo e os controles externos pelo legislativo (no Brasil, via CCAI) e pelo judiciário (quando instigado, normalmente em situações de escândalos).

Apesar disso, deve-se estar atento à existência de exceções, quando da existência de SI que não integram diretamente o poder executivo, mas fazem parte da função executiva de órgãos de outros poderes. Exemplo: SI das polícias legislativas, para segurança orgânica de órgãos do legislativo; SI de ministérios públicos, em atuação conjunta no combate ao crime organizado com polícias (dentro dos GAECO, por exemplo), SI de tribunais de justiça, voltado à segurança orgânica das instalações e informações da instituição.

Em crítica, pode-se discutir se seriam legítimos tais serviços ou se suas funções deveriam ser cumpridas por outras instituições não secretistas e eventuais ações secretas serem executadas por órgãos parceiros devidamente atribuídos para tanto.

F) Questão final: qual será o novo modelo de Constituição que alcançará êxito?

O grupo rememorou a existência de ondas democráticas, em que a experiência democrática radical acaba dando espaço de voz e escuta para movimentos antidemocráticos, que ganham força, e invertem a balança de poder para nova onda antidemocrática, que apenas vem a ser combatida efetivamente na ruptura seguinte e o ciclo continua.

Em aberto, questionou-se ainda o que caracterizaria esse “êxito” e a importância da manutenção de um experimentalismo, mantendo no horizonte toda sorte de possibilidades para decisões e modelos cada vez melhores. A história brasileira, nesse sentido, seria um frutífero campo de estudos, dadas as suas características *sui generis*.

---

### **30 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**30.1 Data: 09/07/2020**

### **31 Referência(s)**

UGATE, José Manuel. El ámbito normativo de la inteligencia interior en América Latina. *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 121–162, jun. 2012. DOI 10.1590/S0104-87752012000100007. Disponível

em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-87752012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-87752012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

### **32 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A) “INTELIGÊNCIA INTERIOR: “[...] inteligencia interior a la actividad de inteligencia que se realiza por parte de un Estado dentro de su propio territorio, dirigida hacia sus habitantes – tanto ciudadanos locales y residentes legales como extranjeros.” (p. 122)”

B) A diferenciação entre conteúdo de inteligência interna e externa:

o FRANÇA: Critérios fundamentalmente territoriais;

o ESTADOS UNIDOS: Critérios “pessoais-territoriais”.

C) Abordagem comparada dos diversos países:

É interessante pontuar as formas de diferenciação dos serviços de inteligência dentro dos EUA, o FBI e sua dupla atuação: policial-inteligência-contrainteligência e a CIA Como órgão

de obtenção de inteligência no âmbito exterior. Outro ponto a memorar é o fato da possibilidade obtenção de inteligência por meios clandestinos, que podem ter um caráter de “ilegalidade” imbuído. Todavia, essas operações, no território nacional, devem passar por o crivo do procurador geral [controle interno pelo próprio executivo].

Além disso, quando analisados diversos países da Europa, tais como Holanda, as Ilhas Britânicas, Itália; e Canadá; percebe-se que há uma clara delimitação das atribuições permitidas, principalmente no que tange ao serviço de inteligência interior. Esse fato se dá, novamente, pela noção clara do que é identificado como estratégia para controle democrático e quais os inimigos internos. Dessa maneira, o civil não é visto como inimigo, desde que não esteja veiculado a algum

tipo de subversão da ordem democrática, como o terrorismo.

D) Caso Colombiano: Do parâmetro local, a Colômbia é um dos países que mais se destaca na regulamentação e limitação dos poderes de atuação da inteligência. Ao estabelecer princípios chaves alcança certo nível de estabilidade e segurança, mesmo que alguns ainda possam ficar em aberto quanto a sua interpretação.

E) Novo Constitucionalismo Latino Americano na Colômbia: garantir “el orden público, la convivencia, la paz y el buen vivir, en el marco de sus derechos y deberes como personas naturales y jurídicas, comunidades, pueblos, nacionalidades y colectivos, asegurando

la defensa nacional, previniendo los riesgos y amenazas de todo orden, a través del Sistema de Seguridad Pública y del Estado” (p.157)

F) Apenas ao final do texto menciona mais seriamente o controle (que é diverso da normatização): “sin perjuicio de utilizarla con mayor amplitud en el exterior del país para escudriñar el ámbito internacional en busca, no sólo de amenazas, sino de oportunidades para la acción política y económica del país – debiera llevar a una definición más precisa de tales competencias en el sentido indicado, así como a asegurar su vigencia a través del control. (p.161-162)”

G) O autor traz propostas sobre como deveria ser essa limitação, no campo interior deveriam se limitar a proteção do Estado de forma geral, e no Plano exterior deveria andar em conjunto com a política externa do país, identificando os possíveis países que apresentem uma ameaça a segurança interna.

### **33 Debates para além-texto**

A) Atribuições Normatizadas vs. Controle: discriminação dos vários tipo de Inteligência e atribuições normatizadas específicas para cada um deles não significa, necessariamente, métodos de controle complexos e eficazes. Exemplo claro é os EUA, referência em normativos para definição de atribuições, mas com controle fortemente centralizado no próprio poder executivo, em especial nas figuras do presidente e do procurador geral.

B) Atribuições Delimitadas vs. Limitadas: delimitação de atribuições através dos normativos também não necessariamente significam atribuições limitadas e restritivas; por vezes os textos são escritos genérica ou detalhadamente de forma a prover serviços com amplos poderes e atribuições.

C) Inteligência Interior vs. Exterior: países do norte mundial e com economias liberais consolidadas têm claramente uma diferenciação em que a inteligência interior tendem a possuir atribuições mais limitadas do que a exterior. A inteligência exterior é usada vastamente, inclusive para manter o controle sobre outros países e as relações internacionais. Do ponto de vista da Intel, no plano externo pode-se fazer virtualmente tudo. As consequências potenciais em caso de identificação pelo outro país são da ordem das relações internacionais (e não tanto limites normativos).

No caso dos países do sul mundial, em especial América Latina, as atribuições são compartilhadas, causando confusão. Isso permite que os serviços internos sejam usados para a manutenção do regime de modo legitimado pelas atribuições externas. A confusão, portanto, é do interesse do tomador do poder.

A lógica do inimigo externo, inicialmente, fora substituída pela lógica dos terroristas externos após o 11/9. Discurso externo, portanto, passa a ser o legitimador da atuação inclusive interna (quando da não-diferenciação dos modelos).

D) No Brasil: problema de ordem altamente complexa. Somam-se: a) grande amplitude; b) baixo controle; c) confusão entre inteligência interna e externa; d) agregação da inteligência policial dentro do sistema sem diferenciação; e) intrínseca lógica securitista; f) sigilo; g) militarização.

### **34 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**34.1 Data: 16/07/2020**

### **35 Referência(s)**

ORDÓÑEZ, María Dolores. La inteligencia militar ecuatoriana en la sociedad del riesgo. URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, n. 21, p. 56–69, dez. 2017. DOI 10.17141/urvio.21.2017.2964. Disponível em: [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1390-42992017000100056&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1390-42992017000100056&lng=es&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

### **36 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A) Aborda a definição de “sociedade do risco”, a qual se encontra menos segura, devido às produções tecnológicas e científicas. Assim, faz-se necessário, o controle do homem, uma vez que ele se encontra cada vez mais potente – armado de diversas maneiras.

B) Nesse paradigma da sociedade do risco, sobretudo em questões de inteligência, tende-se cada vez mais enxergar situações de exceção como situações normais, visto que, como existe conflito e perigo constante em todos os lados, a “flexibilização” da normalidade se torna “aceitável”.

C) Pouca clareza nas delimitações das atribuições dos SI: Ainda existe, como em toda América Latina, uma carência significativa em relação à tomada de decisões, ao planejamento e às estratégias adotadas pelo país: “Lo anterior acarrea una falta de claridad de las especificidades y capacidades de cada uno de los subsistemas y genera una ambigüedad de los roles dentro del sistema por lo que se confunde la inteligencia para la defensa con la investigación criminal y con la seguridad de autoridades.”

D) Principal problema reduzido ao Plano de Inteligência Nacional: En este sentido, advertimos que la principal falencia del Sistema de inteligencia ecuatoriano reside en la ausencia del Plan Nacional de Inteligencia como documento legal y fundamental para el

funcionamiento democrático del sistema y como una herramienta eficaz para direccionar y articular los esfuerzos que se realizan en este ámbito. Por tanto, el funcionamiento del sistema se ha restringido a lo establecido en agendas políticas y lo que es peor, a la discrecionalidad de sus decisores.

E) Os diretores da SANAIN, quando assumiram, estavam despreparados para tal tarefa, o que propiciou crises políticas no governo equatoriano. Ao mesmo tempo se encontra casos de grande corrupção nos serviços de inteligência, sobretudo quando se refere a empreiteira brasileira Odebrecht.

F) Fortalecimiento dos SI: “En el Ecuador, así como en muchos países latinoamericanos, la política y estrategia de seguridad y defensa se aparta de las constantes tradicionales de otras regiones del mundo, en especial, debido a que el rol de las Fuerzas Armadas incorporan una multiplicidad de tareas y funciones, las mismas que en el caso ecuatoriano están en expansión; por ello, la inteligencia militar debe adaptarse a esta compleja realidad.” (p. 65)

“Es necesario definir la especificidad y compartimentación de la información estratégica y operativa que maneja el sistema, evitando interferencias o interrupciones en el funcionamiento de sus componentes.” (p. 68)

“La compleja situación económica que experimenta el Estado ecuatoriano obliga a los organismos rectores de los sectores y de los sistemas, a entregar las limitadas asignaciones de manera justa y oportuna, evitando la discrecionalidad en esta distribución. Los organismos que deben tener la mayor prioridad, constituyen los subsistemas de inteligencia militar y policial porque sobre ellos descansa la seguridad y defensa de la nación.” (p. 68)

Havendo reformas no sistema de inteligência equatoriano, essas reformas se focaram somente em aspectos normativos e legais, deixando de lado uma certa estrutura cultural do sistema de inteligência, que deveria não só responder a incentivos gerados pelo ambiente, mas criar informações e conhecimento sem a necessidade de ser uma resposta a alguma incitação.

### **37 Debates para além-texto**

A) Texto essencialmente diferente dos anteriores: diferentemente dos textos estudados até então, que via de regra tecem críticas aos Serviços de Inteligência do ponto de vista do controle e delimitação de atribuições, o presente texto não se preocupa importantemente com tais questões, defendendo o fortalecimento e expansão de atribuições e recursos para os SI para que combatam os riscos decorrentes da Sociedade dos Riscos, sem preocupar-se com a natureza de tais riscos.

B) Sociedade dos Riscos: apesar de ser um conceito de teóricos da pós-modernidades e, normalmente, vinculado aos estudos críticos, a Sociedade dos Riscos é apropriada pelo texto para legitimar os Serviços de Inteligência, como aqueles primeiros responsáveis pelo subsídio à tomada de decisão em contexto de risco. Ignora a lógica securitista intrínseca aos SI, o que exigiria pensar a natureza do risco (risco decorrente de uma ameaça específico ou risco genérico) para se propor a alocação de fato dos SI ou não.

C) Plano de Inteligência vs. Controle: o texto credita, ainda, à construção de um plano de Inteligência a solução para o fortalecimento e atuação reta dos SI no equador, ignorando a existência de uma grande diferença entre definição de atribuições e controle para que as ações de fato ocorram segundo atribuições previstas nos normativos.

D) Omissão em relação a problemas de seleção/formação dos quadros de Inteligência: “Es evidente de igual forma, que los procesos de selección para integrar los cuadros profesionales del Arma de Inteligencia dentro del Ejército, presentan determinadas falencias que se evidencian por la no adaptación de algunos elementos de oficiales y tropa a las normas y exigencias profesionales.” → Não especifica quais são os processos de seleção adotados (se baseado completamente na confiança e nos vínculos interpessoais, como no Brasil, ou se por outros métodos) e nem quais os problemas de adaptação dos elementos de oficiais às exigências profissionais dos SI.

---

## **38 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**38.1 Data: 23/07/2020**

### **39 Referência(s)**

SANSÓ-RUBERT, Daniel. Inteligencia militar y criminalidad organizada. Retos a debatir en América Latina. URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, n. 21, p. 22–38, dez. 2017. DOI 10.17141/urvio.21.2017.2952. Disponível em: [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1390-42992017000100022&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1390-42992017000100022&lng=es&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

### **40 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A América Latina como importante centro de atividades ligadas a entorpecentes e outros tipos de ilícitos. Ilícitos esses que acabam por não se restringir ao fator limítrofe dos países, mas que acaba atuando, sendo exportado, a outros países, se tornando intercontinentais.

Estratégias militares estão sendo amplamente utilizadas para tentar conter o que está acontecendo, entretanto falta estratégia e o índice de corrupção é acentuado, visto que esses

funcionários militares não possuem o entendimento necessário para lidar com a complexidade dos cargos, além de os salários serem razoavelmente baixos.

Nos últimos 50 anos, ou seja, a partir da década de 70 do século XX, o crime organizado cresce exponencialmente na América Latina, em especial “Honduras, Guatemala, El Salvador, México Colômbia e Brasil”.

Críticas do autor à definição:

a) A definição não reflete a multiplicidade de atuação dos serviços e os vincula diretamente aos serviços de informação policiais, sendo que, na verdade, “la inteligencia criminal, por definición, no está vinculada a un ente en particular [...]” (p. 27)

b) “[...] la inteligencia criminal no consiste en perseguir delitos para su posterior enjuiciamiento. La obtención de pruebas y evidencias es una actividad propia del ámbito de la investigación policial, no de inteligencia. La investigación criminal/policial se realiza al suscitarse un caso y se culmina con los logros investigativos obtenidos, logrando su esclarecimiento y resolución, mientras que la inteligencia es permanente.”

A inteligência criminal deve partir de um paradigma constante, ou seja, ela não é provoca e posteriormente age, mas ela está sempre em ação, pois um dos seus papéis é evitar o cometimento de novos delitos e entender o funcionamento de organizações criminosas.

Nesse sentido, as Forças Armadas, por sua versatilidade, têm um papel fundamental e problemático nessa situação, uma vez que podem auxiliar militarmente na execução coercitiva; porém, não pode ter um papel central na Inteligência nacional, visto que sua função “original” é a defesa nacional. Como consequência do papel central que as F.A. possuem, os militares ampliam seus serviços de inteligência, mas não de maneira equivalente à constitucionalidade dominante, fato que traz, como consequência, a infringência de valores fundamentais dos Direitos Humanos, tal como a dignidade da pessoa humana – quando possui seus direitos violados, a partir o momento em que privacidade do cidadão civil é infringida pela vontade coercitiva, herança militar derivada da ideia de que o inimigo é interno, então todos cidadãos são potenciais rivais.

Apesar de esforços democratizadores na América Latina, os serviços de inteligência ter sido deixados de lado nessa reforma.

Como proposta de um dever ser, o autor coloca que os serviços de inteligência tem que se institucionalizar mais, seja com carreiras públicas, efetivas e duradouras, seja com legislações claras e precisas sobre seu funcionamento e forma de controle.

O uso das forças militares no combate ao crime organizado é ineficiente e gera instabilidade no corpo constitucional-democrático e na garantia de Direitos Humanos, fato que decorre dos métodos de inteligência utilizados pelas Forças Armadas.

Apesar da recente onda democrática que varreu a América Latina, os organismos de inteligência continuaram, em grande parte, regidos pela lógica autoritária dos regimes ditatoriais do séc. XX: militarizados e reticentes quanto ao controle civil.

As forças militares devem ser o último recurso do Estado no combate ao crime organizado e, se assim o fizer, deve-se instituir regras e procedimentos mais claros, procurar a formação de quadros com alto nível técnico, investir em tecnologias que facilitem a realização dos procedimentos de inteligência, etc.

#### **41 Debates para além-texto**

A) Impressões Gerais: texto faz um panorama geral de tudo que já vinha sendo debatido em outros encontros. Adota, inicialmente, uma postura tradicional, que se altera ao longo do texto, encontrando um equilíbrio interessante entre compreender os riscos do uso dos Serviços de Inteligência e sua atual necessidade e importância. De diferencial, traz à luz a figura dos Serviços de Inteligência Policiais (Inteligência Executiva), até então pouco debatidos no grupo (em que os textos acabaram direcionando para Inteligência de Estado).

B) Uso da Inteligência Militar e o problema da militarização: Em postura equilibrada, admite que uso de militares deve ser último recurso, uma vez que a formação de Inteligência Militar não automaticamente se presta à atuação com Inteligência Policial e que os militares não estão imunes aos problemas decorrentes de corrupção. Apesar disso, entende que o atual estágio de desenvolvimento das Inteligências Policiais e a grandeza do desafio a ser enfrentado (que em determinados países o crime organizado chega a ser uma ameaça ao próprio Estado) acabam por justificar o emprego da Inteligência das forças armadas e, com isso, legitima parcialmente a militarização dos SI.

C) Contradição entre sigilo e transparência: A Inteligência Policial dota-se de duas principais atividades. Uma delas, que não se confunde em nada com investigação, é a de levantamento, compilação e cruzamento de grandes montantes de dados sociodemográficos, criminológicos, econômicos, etc., criando ferramentas de conhecimento amplo para tomadores de decisão atuarem preventivamente contra o crime. A outra, de caráter claramente executivo, envolve o acompanhamento de pessoas, recrutamentos, infiltrações, etc., para levantar informações específicas sobre grupos e pessoas e direcionar as atividades de investigação, aumentando o risco de se confundirem com estas, posto que o limite torna-se mais tênue (ainda que teoricamente seja declarada como clara a diferença entre inteligência e investigação).

A contradição decorre do seguinte paradoxo: logo a atividade inconfundivelmente de Inteligência (levantamento, compilação e cruzamento de dados) é a aquela para a qual não há motivo de ser sigilosa. Dados quantitativos compilados, mapas de calor, etc. podem ser todos publicados.

D) Case Rio de Janeiro: RJ é um dos poucos Estados em que há transparência ampla a dados compilados. O link para consulta, que se sugere conhecer, é: <http://isp.rj.gov.br/>

E) Processos de legitimação do uso de Inteligência Militar: Deve-se atentar, adicionalmente, ao uso dos discursos relativos ao crime organizado como forma de legitimar o uso de Inteligência Militar para todos os fins. Em países como o Brasil, em que as atividades de Inteligência, no texto da lei, são extremamente ampliadas, há sempre o risco de se “transferir legitimação”. Da mesma forma que os riscos externos, na doutrina nacional, legitimam as amplas atribuições dos serviços internos, o crime organizado como ameaça interna pode legitimar o uso de inteligências militares, sendo esse um risco democrático a se atentar.

---

## 42 Relatório de Debates

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**42.1 Data: 18/08/2020**

## 43 Referência(s)

PAPASTAMATIN, Yepe; M, Roberto. América Latina y el Caribe en el informe de tendencias globales del Consejo Nacional de Inteligencia de los Estados Unidos. Universidad de La Habana, n. 278, p. 154–166, dez. 2014. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0253-92762014000200010&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0253-92762014000200010&lng=es&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 28 maio 2020.

## 44 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)

Apresentação do Documento: Ao pensar o futuro da política dos EUA para América Latina e Caribe a longo prazo é importante levantar as próprias imagens geradas por eles. O NIC é um centro de pensamento estratégico subordinado ao Direito Nacional de Inteligencia. Seu papel é fazer prognósticos sobre assuntos internacionais destinados ao presidente e outros altos funcionários do governo.

Falsa neutralidade do documento: É de suma importância notar que apesar de se querer propor neutro e “científico” o relatório do NIC acaba servindo aos valores para quais foi criado, manter a hegemonia e servir os interesses de seu Estado. Em primeiro lugar não devemos descartar os vieses de quem produz esse relatório e de onde é produzido e, se de um lado é verdade que esse processo tem se tornado internacionalizado, com vistas a uma maior

“legitimidade” da comunidade internacional, essa via é de mão dupla, o NIC também está recebendo informações para enriquecer suas pesquisas e, ao publicar os resultados, trazer a visão estadunidense do mundo com roupagem “neutra”.

Um dos exemplos dessa falsa neutralidade seria a mudança de posição do futuro brasileiro a partir do momento em que os governos do PT e os EUA se aproximam. Outro ponto seria o completo apagamento dos EUA como criadores de instabilidade na América Central e Caribe, os EUA como principal país na demanda por Drogas e um dos principais fatores de desestabilização. Em parte esse apagamento é proposital pois uma vez que cria-se a instabilidade perto da sua zona de influência, legitima-se possíveis intervenções militares.

Futuro da América Latina: O relatório descreve um futuro sombrio para a América Central e Caribe. Propõe, propriamente, o conceito de Estados Falidos. Esses Estados, frágeis por diversos fatores, acabam se tornando bases deterroristas e grupos criminosos. O mesmo raciocínio é também expresso para Cuba e Venezuela. Fuga de cérebros e balanças comerciais extremamente viciadas são outros pontos apontados pelo relatório.

Las desigualdades estallan en la medida en que algunos países son grandes ganadores y otros fracasan. Las desigualdades al interior de los países incrementan las tensiones sociales. Aunque sin desentenderse del todo de los temas de seguridad internacional, los Estados Unidos dejan de ser el «policía mundial».

Projeções para o Brasil: En el escenario de fusión, se visualizó a Brasil como el posible centro científico de una nueva revolución verde, aunque de manera general tendría una relevancia menor que en la alternativa anterior, en la que los Estados Unidos y China competirían por ganarse el apoyo de las potencias medias. En el escenario del Gini fuera de la botella, se estableció que los esfuerzos de Brasil para combatir la desigualdad tendrían como dividendo una inestabilidad interna menor a la sufrida por otros Estados.

Securitismo: Por otro lado, la insistencia en los problemas y peligros que afectan a estos países busca justificar la presencia de personal militar, policial o de los servicios de seguridad de las diversas agencias estadounidenses, acreditados o no en sus respectivas misiones diplomáticas. Asimismo, persigue el establecimiento de nuevos acuerdos y mecanismos de cooperación en las áreas militar y de seguridad cada vez más lesivos a la soberanía de las naciones latinoamericanas y caribeñas implicadas.”

Conclusão: “[...] es necesario tener igual conciencia de que la potencia hegemónica en descenso es la primera concedora de su proceso de debilitamiento relativo, y hará todo lo que esté a su alcance, con los inmensos y multifacéticos recursos de poder de los que todavía dispone, para enlentecer e intentar revertir dicho proceso. En particular, buscará aprovechar

todas las oportunidades que se le presenten para reafirmar su posición hegemónica sobre lo que históricamente ha definido como su «patio trasero».

#### **45 Debates para além-texto**

A) Características gerais do texto e conteúdo: o fato de se tratar de um texto de autor de universidade cubana; nunca se ter ouvido falar do relatório analisado no texto, apesar de ser de acesso livre; o texto sucinto, claro, fluido e cirúrgico.

##### B) Projeções de Cenários:

b1) conforme nota, cenário de fusão com China e cooperação global parte do pressuposto de que a China cederia completamente ao interesses norte-americanos.

b2) apesar de registrados como futuros independentes entre si, hoje (8 anos após as projeções do documento) percebem-se movimentos tanto do cenário de aprofundamento das desigualdades sociais e tensões internas dos países quanto do impulsionamento dos atores privados na tentativa de solução de desafios globais.

b3) reflete-se que tais cenários não estão apenas coincidentemente correlacionados, mas em relação de causa e efeito: a crença de que o setor privado seria capaz de solucionar os problemas sociais e, com isso, as privatizações e liberalizações, dá subsídios para que as desigualdades aumentem.

##### C) Projeções em Relação ao Brasil:

c1) o relatório (2012) explicitamente apresenta mudança de visão em relação ao Brasil em virtude da governança pelo Partido dos Trabalhadores;

c2) as projeções em relação ao Brasil eram positivas, envolvendo, inclusive, figurar como potência do setor ambiental sustentável e como estabilizador social na região da América Latina;

c3) discute-se até que ponto o relatório é fidedigno em suas tentativas de projeções e até que ponto serve, ele mesmo, de desinformação perante o mundo, para criar uma atmosfera de despreocupação no Brasil e, com isso, facilitar os ataques à sua economia; isso porque o próprio relatório reconhece que o Brasil tem a Washington como sustentador de seu crescimento e que a sua estabilidade depende do EUA; ao mesmo tempo, uma proposta político-econômica diferenciada como vinha sendo aplicada teria que ser combatida (como foi) pelos EUA, fazendo com que as projeções reais, obviamente, fossem de crise (como a fabricada em 2015 e que estão sendo vividas atualmente).

D) Omissões do Texto: o texto pouco menciona a Rússia e seu papel na América Latina, ao que foram levantados hipóteses: ser uma decorrência direta do relatório analisado

(que ele próprio omitira essa influência, apesar de haver um tópico específico para o tratamento da Rússia); ser uma opção do próprio autor do texto, em virtude de suas filiações.

E) Securitismo e absenteísmo no discurso dos EUA: em vários trechos do documento analisado, pouco é informado a respeito do próprio papel dos EUA nos problemas sociais e econômicos existentes na América Latina, tomando-os como fenômenos externos e independentes; além disso, como solução para tais problemas, o documento aponta apenas alternativas securitistas, com o uso das forças de segurança contra todo o grupo composto, ao mesmo tempo, por terroristas, crime organizado e insurgentes políticos locais.

## **46 Relatório de Debates**

*Coordenação-discente:* Rafael Muller

**46.1 Data: 01/09/2020**

### **47 Referência(s)**

AMARAL, Arthur Bernardes do. A Guerra ao Terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.13091>. Acesso em: 25 ago. 2020.

### **48 Pontos destacados do(s) texto(s) (paráfrases e citações)**

A) Conceito socialmente produzido: Segurança é um conceito socialmente construído. Ele tem um significado específico somente dentro de um contexto social particular. O significado do conceito recebido está, dessa forma, sujeito a mutações que resultam das mudanças materialismo do ambiente externo [à teoria] e nos modos em que pensamos essas questões (SHEEHAN, 2005, p.43) Página 35.

B) Realismo e Segurança Nacional: O conceito de Segurança Nacional – agora permeado por este viés militarista e técnico – ganha espaço no debates da disciplina e também nos círculos de tomadores de decisão norte-americanos. A Segurança Nacional foi uma idéia, uma doutrina e uma instituição delineada para conectar a tradicional divisão entre os interesses do Estado no exterior e seus interesses domésticos, assim como para fundir a cultura da vida cotidiana à da Defesa do interesse nacional. (...) Esta mutação da [idéia de] Defesa para a de Segurança foi exigida para [que se pudesse] escapar aos limites materiais e territoriais impostos pelo legado semântico da [noção de] Defesa, com seu foco estritamente militar [voltado para a proteção contra ameaças de caráter exclusivamente externo], [um sentido] que se mostrou inadequado para o escopo [cada vez mais] abrangente requerido neste [novo] momento (MCSWEENEY, 1999, p.20).

C) Ampliação do Conceito: A Segurança Internacional não nega à Segurança Nacional; ao invés disso ela contém [em si própria] a suposição que a verdadeira Segurança Nacional só pode ser concretizada enquanto uma [manifestação da particular da] Segurança Internacional, ao mesmo tempo em que [se crê que] a Segurança Internacional não visa garantir a segurança de algo [de natureza] internacional, mas a prover Segurança Nacional de um modo saudável [para cada Estado que compõem o Sistema Internacional] (WÆVER , 2004, p.59).

D) Securitização enquanto Ato de Fala Performático: “A securitização é, antes de tudo, um ato de fala: o ato de dizer ”segurança” é capaz de declarar uma condição de emergência e constituir identidades até então inexistentes, entre elas as de inimigo e de protetor. Nesse sentido, a segurança não se refere a algo “real”, ela não é uma “coisa”. A segurança se constitui a partir de seu próprio proferimento: “a palavra ‘segurança’ é o ato; o proferimento é a realidade primária” (WÆVER, 1995).” p.74

E) Ampliação das agendas e instrumentos de Segurança: Buzan caminha no mesmo sentido de ampliação, e propõe considerar cinco setores que caberiam ser pensados como potenciais fontes geradoras de ameaças: militar, político, econômico, societal e ambiental. Distinção entre hard security, que usa de aparatos militares para proteção, e soft security (página 67) | Nesse sentido, é utilizado o argumento de que não deve ser pensado em segurança apenas no sentido estatal. Deve-se pensar, portanto, em segurança compartilhada com os indivíduos e com o sistema internacional. “É precisamente essa não-hierarquização das questões de segurança que elimina a separação entre high politics (de cunho militar) e low politics (focada sobre outras questões). É essa horizontalização tanto dos tipos de ameaça quanto dos objetos aos quais se deve prover segurança que abre caminho para a contribuição da escola de Copenhague para os Estudos de Segurança Internacional.” (Página 68).

F) Esferas da Securitização: Segundo a Escola de Copenhague, qualquer assunto público pode ser alocado no espectro de não politizado, politizado ou securitizado, podendo variar entre eles. Não politizado quando o Estado não é envolvido na questão e não é, em nenhuma forma, uma questão de debate ou decisão pública. Politizado significa que o assunto faz parte da política pública do Estado e requer decisões governamentais, alocação de recursos ou qualquer outra forma de governança. E por securitizada entende-se que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo uma medida de emergência e justificativa para ações fora dos limites normais dos procedimentos políticos. (BUZAN, WÆVER, WILDE, 1998).

G) Efeitos da Segurança como Intersubjetiva: “O agente securitizador precisa da permissão dos demais sujeitos de sua comunidade política para transgredir legitimamente as regras do jogo político ordinário”

#### **49 Debates para além-texto**

A) Neo-realismo e Nazismo: uma vez que apenas abarcava questões explicitamente de segurança militar como de preocupação para a ordem internacional e, epistemologicamente, partia de uma concepção estritamente racionalista de tomada de decisão, não foi capaz de prever o avanço do nazismo e o que veio a se tornar. Não se compreendia, à época, a possibilidade de intersecções existentes entre ideologia e segurança, ou como a primeira poderia direcionar tão importantemente a tomada de decisão, inclusive de modo contrário à baliza da razoabilidade humana.

B) Processo de Ampliação da Perspectiva de Segurança e União Europeia: É a partir de tais experiências e novas concepções de hierarquia e individualismo, que a perspectiva de segurança se amplia: para cima (sistemas internacionais) e para baixo (indivíduos) do Estado. A União Europeia ganha espaço para se formar a partir desse novo “acordo” internacional sobre segurança: da possibilidade de os Estados cooperarem em prol da segurança global, superando a visão do jogo de soma zero em que a segurança adicional de um país corresponde, na mesma medida, à insegurança de outro.

C) Pragmática Comunicacional vs. Teoria dos Atos de Fala nas análises de segurança: O texto se baseia na Teoria dos Atos de Fala para fazer análise da segurança, em perspectiva ampliada (Escola de Copenhague), da tríplice fronteira brasileira. Foi debatida uma problemática essencial do uso de tal teoria, uma vez que parte do pressuposto que os enunciados emitidos por um emissor e recebidos por um receptor possuem um significado e são adequadamente decodificáveis, podendo realizar, assim, uma série de atos: desde declaratórios até performáticos (que impõem comportamentos). Não se preocupa, entretanto, com paradoxos da linguagem e a existência de mensagens indetermináveis que também possuem o efeito pragmático de impor comportamentos no receptor, mas cujos resultados são de mais complexa previsão, se sequer possíveis. É o caso das mensagens, no contexto internacional, de não ameaça: por mais que um país hegemônico diga a um país menor “eu não irei lhe atacar”, o efeito performático dessa comunicação, dado o contexto, pode ser exatamente o oposto. Esse tipo de mensagem, de especial interesse das relações internacionais, é o carro-chefe da Pragmática Comunicacional, que se preocupa especialmente com a complexa díade existente entre a mensagem emitida (conteúdo) e o quadro referencial estabelecido entre dois comunicantes (relação).

